

43º Encontro Anual da Anpocs
21 a 25 de Outubro de 2019 | Caxambu – MG

SPG32 – Violência urbana, formas de controle e sistemas de punição

O regime de incerteza na favela do Jardim Batan no pós-UPP

Jonathan Willian Bazoni da Motta (UFRRJ)

Introdução

A presente pesquisa objetiva refletir sobre a conjuntura que vem se formando nas favelas cariocas após o ciclo dos megaeventos e como ela produz diferentes regimes territoriais de acordo com cada território. Conjuntura é entendida nesse trabalho como o conjunto de combinações de acontecimentos ou eventos que são produzidos em um dado momento histórico e em um território específico (ou em um conjunto de territórios que compartilham certas características em comum). A metodologia utilizada é de natureza qualitativa de inspiração etnográfica. O campo foi realizado em 2018 e 2019 como parte da pesquisa de mestrado. Além desse enquadramento metodológico, a presente pesquisa buscou compor análises de discursos de blogs e jornais para construir um quadro macro analítico.

O Rio de Janeiro nos últimos anos passou por grandes transformações em seu tecido social e urbano com a realização dos grandes eventos internacionais. A Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas 2016¹ pautaram a agenda pública dos governos locais e foram responsáveis por produzir novos ordenamentos territoriais e territorialidades revitalizando áreas, consideradas – pela opinião pública e pelos agentes do Estado – como “degradadas”. Houve a vocalização de promessas de uma cidade mais integrada, com transportes públicos eficientes, segurança pública que resgatasse o orgulho de ser carioca e a diminuição dos índices de violência. Assim sendo, os megaeventos no Rio de Janeiro foram encarados como possibilidade estratégica para garantir uma cidade “melhor” para quem a habita e para os turistas que viessem visitá-la.

A candidatura do Rio de Janeiro para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas 2016 simbolizaram a consolidação de um novo projeto urbano, a cidade empreendedora. Seus principais pilares de sustentação eram a noção de *parceria-público-privado*, onde o setor privado se incorpora no setor público “dividindo” os custos operacionais para captar novos investimentos; fazendo com que o Estado assumira os riscos dessas operações, já que elas são de natureza *especulativa*, sujeitas a obstáculos; e, por fim, orienta que o governo centre seu foco de investimento em “lugares” específicos em detrimento do território como um todo. Esse projeto ancorava-se nos princípios do planejamento

¹ O ciclo dos grandes eventos que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro não se restringe somente a Copa de 2014 e as Olimpíadas 2016, houveram os Jogos Mundiais Militares em 2011, a Jornada Mundial da Juventude Católica em 2012 e a Copa das Confederações em 2013. Porém, para finalidade desta pesquisa as referências serão tomadas desses últimos eventos por motivo de serem os que mais geraram efeitos políticos, econômicos, infraestruturais e discursivos.

estratégico no qual afirmava que as cidades estariam submetidas as mesmas condições, riscos e operacionalidades do setor privado.

No momento em que a candidatura para as Olimpíadas foram entregues, meses depois saía o resultado da escolha da sede da Copa do Mundo, ratificando o Brasil como “ganhador”. Neste quadro, o país vivia considerável crescimento econômico e estabilidade política, os governos Federal, Estadual e Municipal estavam convergindo politicamente com o objetivo de colocar em prática as propostas da cidade empreendedora voltada para o mercado (Damo e Olivem, 2013). Essa unidade política foi fundamental para materializar esses princípios, pois era necessário despertar o caráter “promotor” da cidade, como descrevem Castells e Borja (1996). Ou seja, promover a cidade para o exterior, favorecer acordos com outras administrações públicas que fomentassem a parceria público-privada para estimular obras e serviços e despertar internamente o “patriotismo cívico” – ter orgulho e querer participar desses eventos na cidade.

Um dos principais pilares do projeto de cidade empreendedora era a *segurança pública*, tendo como lócus desse “problema”, as favelas. Não é de hoje que a cidade é considerada uma das mais violentas do país. Desde a chegada da cocaína refinada nas favelas e periferias cariocas, que o “mundo do crime” vem se organizando no mercado varejista com a ampliação das disputas internas entre os grupos rivais, criando verdadeiros exércitos fortemente armados para defender o monopólio da venda em certas áreas das favelas. No início dos anos 1980 até o final dos anos 2000 o tráfico de drogas a varejo se tornou um enorme transtorno devido à sensação de (in)segurança que ele produzia em toda a cidade. Dentro desse escopo, e aliado, fundamentalmente, a necessidade de garantir segurança para os turistas que iriam visitar a cidade durante a realização dos jogos, nasce (“sem querer querendo²”) a política de pacificação das favelas, com a instalação de uma ocupação permanente chamada de *Unidade de Polícia Pacificadora* (UPP).

Não pretendo aqui fazer um diagnóstico da experiência das UPPs³, mas sim resgatar, das muitas promessas enunciadas, a principal delas e convertê-la para a realidade do

² A referência provocativa faz alusão ao fato das UPPs nascerem a priori dos marcos reguladores do Estado e das normativas legais, simbolizando uma espécie de *experimento*. Vale ressaltar que o policiamento comunitário ou de proximidade não é necessariamente uma novidade, houveram nos anos 1990 e 2000 a tentativa de construção desse tipo de policiamento, a exemplo, Mutirão pela Paz e Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE) (Carvalho, 2013).

³ Para uma análise mais aprofundada dessa política de pacificação e a relação com os megaeventos ver (Da Motta, 2017; Gaffney, 2015; Carvalho, 2013). Para uma análise das unidades de polícia pacificadora e seus efeitos ver (Machado da Silva, 2010; Leite, 2012 e 2014; Burgos et al, 2011; Oliveira, 2014).

Jardim Batan. A meu ver, a segurança pública – expulsão do tráfico/milícia e garantia da circulação – foi a principal promessa das forças de pacificação, pois além de garantir o mínimo de dignidade para essas populações, também era garantidora de outras expectativas: a formalização dos serviços, regularização fundiária, novos postos de emprego e renda e infraestrutura pública. Todo o projeto de pacificação dependia, obrigatoriamente, de construir uma favela “pacificada” onde não houvessem trocas de tiros entre grupos de traficantes e nem destes com a polícia; e a efetivação da livre circulação de pessoas e mercadorias, sem qualquer tipo de coação (Gaffney, 2015).

A favela do Jardim Batan encontra-se localizada na região administrativa de Realengo. Nas definições geográficas da prefeitura a favela faz parte da Área de Planejamento 5 (AP-5) e fica entre os bairros de Realengo e Magalhães Bastos, próximo ao complexo olímpico de Deodoro. É cortada por uma das mais importantes vias expressas da cidade, Avenida Brasil, sendo a única forma de se deslocar até o centro da cidade. A região do “complexo do Jardim Batan” possui cerca de 23,932 habitantes (esse valor não se refere apenas ao Batan, mas sim toda a área que abrange o controle da UPP-Batan) segundo o Censo de 2010, com uma quantidade de residência aproximada de 7,614 domicílios (esse valor também não se refere apenas ao Batan). As ruas mais importantes são: Estrada do engenho novo (rua principal do comércio); Rua Itaporanga; Rua Alfredo Henrique Hastereiter (rua da associação de moradores).

Essa favela foi a terceira a receber uma unidade de polícia pacificadora – contrariando a lógica do projeto que era de fixar essas unidades em áreas da cidade de maior valor imobiliário e localidades que fizessem parte dos espaços satélites dos megaeventos. A presente favela só recebeu a pacificação devido à repercussão internacional causada com a descoberta de que jornalistas haviam sido torturados por milicianos da localidade, no ano de 2008 (Esperança, 2012; Mendonça, 2014; Dias, 2016). Após o lamentável episódio a opinião pública, a mídia e certas autoridades políticas – que até então defendiam a atuação desses grupos armados, classificando a opressão exercida por eles como autodefesa; já que eles eram “melhores” que o tráfico por, na teoria, não permitir uso e venda de drogas, músicas com apologia ao tráfico ou a liberdade sexual, etc (Cano e Duarte, 2012) – passam a problematizar essa forma de atuação. O Estado se viu obrigado a dar uma resposta enfática e satisfatória, já que o país não poderia ficar marcado internacionalmente como lugar da impunidade, já que realizaria, tanto a Copa do Mundo,

quanto as Olimpíadas; isso poderia fazer com que os turistas não se sentissem seguros para visitar a cidade.

Em 2009 é inaugurada a UPP Batan, e com ela a possibilidade de um futuro melhor para seus habitantes. A promessa mais emergencial era a demanda por segurança. Os moradores de favela vivem “sob cerco”, pois têm, além de sua palavra, o seu direito de ir e vir cerceado pelos grupos armados (Machado da Silva, 2008). Com a entrada da UPP houve uma melhora, de fato, na capacidade de locomoção, os moradores puderam transitar livremente entre as favelas sem se preocuparem (na teoria) com a facção na qual ela, supostamente, pertença – dada as devidas especificidades de cada território. No Batan, precisamente, não houve grandes confrontos e tiroteios até 2015, simbolizando um caso de “sucesso”, comparado a outras favelas nas quais os conflitos eram mais frequentes (Dias, 2016). Em pesquisa recente⁴, percebi que os moradores passaram a ter orgulho de morar em favela após a pacificação. A exemplo de uma senhora de mais de 60 anos que me contou que seu irmão, que não a visitava a anos com medo do tráfico e da milícia, voltou a frequentar sua casa após a chegada da UPP, causando alegria e o reestabelecimento dos laços familiares. A valorização do lugar foi outro aspecto que foi fomentado com a estruturação dessa política, pessoas de fora buscaram morar no Batan devido a suposta paz que havia (Da Motta, 2017; Dias, 2016).

O processo de regularização foi anunciado como um garantidor de direitos. Uma vez que a população favelada passasse a pagar impostos elas teriam o seu estatuto de cidadania garantido (na teoria) e assim se livrariam dos estereótipos e dos estigmas de morar em lugar ilegal nos quais esses habitantes não teriam direitos legítimos de suas respectivas propriedades. Esse processo viria, também, para diminuir a fronteira entre asfalto e favela garantido o reconhecimento do lugar com a criação do CEP, regularização fundiária, de energia elétrica, água e esgoto e de televisão por assinatura. Todos esses “benefícios” garantiriam aos moradores oportunidades, principalmente no setor de serviços, uma vez que os estabelecimentos estivessem regularizados eles atrairiam uma clientela diversificada, não só de moradores da comunidade, mas de outras pessoas dos bairros vizinhos (Burgos et al, 2011; Ost e Fleury, 2013).

A UPP em seu início representou a condição de possibilidade para alterar os modos de vida de seus habitantes, por meio das políticas estatais era possível gerar novas

⁴ Da Motta (2017).

oportunidades, seja através de novos postos de trabalho, seja pela capacidade empreendedora do capital criativo de seus moradores, um novo horizonte de possibilidade se abria com a expulsão do tráfico de drogas a varejo. Para alcançar tal promessa o Estado criou a UPP social, que seria o braço social do governo para garantir as oportunidades e não apenas instalar a policialização do território. Essa instituição seria responsável por captar investimentos, parceiros e agilizar as demandas da população, contribuindo para uma reparação histórica e garantindo os direitos legítimos.

As promessas acionadas pelo Estado, ou se realizaram por pouco tempo, ou não se realizaram, após a chamada estagnação das UPPs (Dias, 2016) fazendo com que o horizonte de transformação fosse cada vez mais reduzido. Na prática, ao longo do tempo, a UPP foi se desarticulando e tendo dificuldades de impor seu controle ao território. Ao mesmo tempo em que a atuação do tráfico gradualmente foi sendo retomada, o efetivo policial da UPP Batan foi diminuindo. Quando o Estado entrou em crise no (pós)megaevento a segurança foi um dos principais campos gravemente atingido com a falta de investimento. Desde 2014 não houve mais expansão da UPP para outras áreas da cidade, e as que já tinham perderam muito dos seus contingentes, a exemplo do Batan. A sensação de (in)segurança nos últimos anos abalaram em muito a confiança dos moradores no projeto. A regularização não atendeu a expectativas dos moradores de favela, pois não gerou melhorias e sim o profundo empobrecimento dessas populações⁵ (Ost e Fleury, 2013). A UPP social foi esvaziada e se transformou em Rio + Social, gerido pela prefeitura a partir do Instituto Pereira Passos (IPP). Com essa mudança não foi possível dar prosseguimento aos projetos sociais que já haviam nas UPPs, nem começar novos projetos. Algumas das atividades que existiam na sede da UPP Batan foram continuados, a muito custo, pelos próprios policiais, que segundo eles, não recebiam verba da prefeitura, eles “davam o jeito deles” para continuar desenvolvendo os projetos sociais (Da Motta, 2017).

A atual conjuntura vivida pelos moradores do Batan é caracterizada por uma junção de acontecimentos e eventos desencadeados após a realização dos megaeventos. Leite (2014 e 2015) explica que nos últimos anos a combinação entre Estado e mercado para

⁵ Os moradores do Batan estão criando estratégias para burlar o endividamento causado pela regularização a exemplo de uma senhora de mais de 60 anos e moradora da comunidade. Ela contou que se “desfez do freezer”; “não toma mais banho quente, só quando está muito frio”; “só passa roupa uma vez na semana”; e “não deixa mais as luzes acesas”, tudo isso para tentar diminuir as despesas com energia elétrica.

desenvolver favelas específicas da cidade por meio do projeto de pacificação, gerou formas incrivelmente distintas de regulação da população favelada. A partir dessa chave analítica proponho que o contexto experimentado pelo Batan no pós-megaevento é um regime territorial marcado pela incerteza.

A crise fiscal e política da cidade do Rio de Janeiro

Em 2015, véspera dos Jogos Olímpicos, a cidade foi atingida por uma crise fiscal de proporções estupendas. Apesar das causas, justificativas e propostas de superação serem discutíveis e cheias de polêmicas entre fatos e versões, o carioca sentiu na pele os efeitos dessa nova conjuntura que impactou, principalmente, os setores sociais como: saúde, educação, segurança e mobilidade. Além disso, o rebaixamento do salário do funcionalismo público e os diversos cortes em pessoal, contribuíram para o alto índice de endividamentos e desempregados, criando o caos em que vivemos atualmente. O “ovo da serpente” já estava sendo chocado a algum tempo, por isso, algumas versões acerca da crise atentam que ela não é uma novidade propriamente, mas consequência lógica da forma de gestão dos últimos governos da cidade. O governo do Estado e a prefeitura eram geridas pelo PMDB, partido responsável, em escala local, pelo desenvolvimento do projeto de cidade empreendedora⁶.

A versão oficial do governo aponta *dois* grandes motivos para a crise vivida pela cidade do Rio de Janeiro, que teve como ápice o decreto de estado de calamidade pública em 2016. Primeiro, a baixa arrecadação dos *royalties do petróleo*, que em 2015 teve um recuo de 25% e em 2016 caiu 29%, criando um déficit de R\$ 14,5 bilhões de reais aos cofres da União⁷. Segundo, o recuo da arrecadação do *Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)*, que em 2015 arrecadou menos 0,48% do ano anterior, sem contar a correção da inflação⁸. Ainda, segundo o governo, a crise no setor petrolífero foi o responsável pela queda das duas receitas.

Em 2016, ao decretar estado de calamidade pública, Dorneles – que na época substituíra a governador eleito Luiz Fernando Pezão, afastado para tratamento de um

⁶ Ver Da Motta (2017); Damo e Oliven (2013) e Vainer (2011)

⁷ <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/11/receita-de-royalties-do-petroleo-cai-29-e-deve-ser-menor-desde-2009.html> Acesso: 10/09/2018

⁸ <https://odia.ig.com.br/conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2016-01-06/arrecadacao-do-icms-sofre-queda-no-estado.html> Acesso: 10/09/2018

câncer – justifica esse ato, explicando que havia a possibilidade de um “total colapso na segurança pública, na saúde, na educação, na mobilidade e na gestão ambiental” e para a necessidade do Estado “honrar compromissos com os Jogos Olímpicos e Paralímpicos”⁹. Além do decreto, o Estado ainda pediu ajuda econômica para a União, que cedeu 2,9 bilhões de reais para custear despesas com a segurança, principalmente para os Jogos Olímpicos. À época, quem ocupava o principal cargo executivo do país era o ilegítimo Michel Temer, que buscava base de legitimidade após o processo de impeachment que despossou a presidenta democraticamente eleita, Dilma Rousseff do PT.

O município à época (2015-2016) apresentava um cenário “menos pior” se comparado ao Estado, apesar do otimismo do então prefeito Eduardo Paes em afirmar que as contas do governo municipal se encontravam em uma situação “confortável”. A prefeitura era a grande responsável pela promoção da cidade, captação de recursos e parcerias, além das obras das Olimpíadas, o governo sempre enfatizava que as transformações infraestruturais que estavam em curso eram divididas, sendo a iniciativa privada responsável por 57% das obras. O governo esqueceu de mencionar que a arrecadação do município também vinha caindo por três anos seguidos, tendo, ainda, a dívida com o empréstimo pego junto ao Banco Mundial – que começava a ser cobrado.

Outras versões se propõem a refletir sobre a crise do Estado e a disputar, na esfera pública, os sentidos e as previsibilidades dessa situação caótica. As reportagens que serviram de base para essa reconstrução traz alguns questionamentos à versão oficial. No campo do governo do Estado não é somente a falta de arrecadação dos royalties do petróleo e do ICMS, pois entre 2008 e 2011 o Rio de Janeiro deixou de arrecadar 138 bilhões de reais com as renúncias fiscais. Tais receitas, se não tivessem sido abonadas, poderiam sustentar as despesas do Estado garantindo o cumprimento de seus compromissos econômicos.

Bruno Sobral (2017) defende que a raiz do problema do Estado do Rio de Janeiro não está, nem na retórica do governo de que gestões anteriores geraram uma “gastança” sem precedente e por isso houve um inchaço na máquina pública produzindo a crise; nem da oposição que afirma que a crise foi causada pela renúncia de receita por causa das isenções fiscais. Independente do lado, todos apontam para um problema de gestão como a grande causa da crise. Ainda segundo Sobral (Ibid), a verdadeira raiz do problema está

⁹ <https://www.cartacapital.com.br/revista/907/rio-de-janeiro-sem-espirito-olimpico> Acesso: 10/09/2018

na “debilidade produtiva estadual”, causada pela negligência política em não dar respostas aos índices de desindustrialização nacional que atingiu mais fortemente a sociedade fluminense, o que levou a uma trajetória problemática de arrecadação, “ocultada” pelas receitas do petróleo e gás. Assim sendo, o autor explica que o Estado tem uma “estrutura produtiva oca”, o que significa que existe um “desadensamento de importantes cadeias de produção levando ao agravamento das condições que impedem a indústria de transformação se constituir no motor chave de crescimento econômico e do progresso técnico” (Ibid, p.11). As consequências desse processo para o Rio de Janeiro é que sua economia fica mais suscetível a sofrer, diretamente e com mais intensidade, os rebatimentos de qualquer crise, seja internacional e/ou nacional.

Nessa perspectiva, a crise que vem passando o governo do Estado e a prefeitura do Rio de Janeiro podem ser entendidos como a crise da cidade empreendedora. Todos os acontecimentos que constroem as linhas de forças da crise são exemplos de uma possível falência do projeto de cidade que desde 2015 vem sendo desmobilizado. Devemos compreender que toda mudança política não é uma ruptura completa, existe dentro dessa conjuntura, características das formas de organização da gestão capitalista do espaço que não serão apagados com o desfalecimento da cidade empreendedora, elas serão conjunturalmente compostas e recompostas através das forças políticas que serão mobilizadas. Porém, o que defendo, é que esse projeto, que em anos anteriores mobilizou muito capital político e econômico, vem sendo desmontado perdendo seu caráter promotor dos anos anteriores devido à crise política e econômica que a cidade (e o país) vem passando¹⁰.

Apesar das muitas possibilidades analíticas e interpretativas da crise que afeta o governo do Estado e a prefeitura, o fato objetivo é que nos últimos anos os governos do Rio de Janeiro enfrentam graves problemas fiscais que tem comprometido os pilares do projeto empreendedor. Os moradores da capital fluminense têm sentido os reflexos da crise na cidade, seja com o desemprego, atrasos de salários e bolsas estudantis, ou ainda com o aumento da violência urbana. No Batan a percepção de “terra arrasada” se perpetua desde 2015 quando a UPP foi atingida pelo desdobramento da crise, tendo seu efetivo

¹⁰ A crise política do Estado é também, e talvez, sobretudo, a crise da cidade empreendedora. Esta é apenas uma hipótese, pois o processo ainda está se desdobrando não sendo possível, ainda, afirmar que de fato o projeto de cidade empreendedora chegou ao fim; o que podemos adiantar é que ele está sendo desmobilizado politicamente e financeiramente.

policial gradativamente diminuído, prejudicando rondas e patrulhamento; falta de recursos básicos como papel para impressão; salários atrasados, contribuindo para desmotivação do trabalho policial e o retorno de práticas como subornos e corrupção policial. Desse modo, a crise que vem enfrentando os governos cariocas têm desdobramentos nos territórios favelados que impulsionam, não só a desconfiança nas políticas públicas, mas no estágio de apreensão vivenciados por essas populações que sabiam que em algum momento aquela política que já estava “respirando por aparelhos” e que gradualmente foi perdendo a capacidade de ordenamento local, iria chegar ao fim.

É nesse cenário que os moradores percebem que o tráfico e a milícia voltam a se rearticular na favela de forma cada vez mais forte e vidente, percebendo que em algum momento tudo aquilo que foi “conquistado” com a pacificação ficaria pelo caminho. A insegurança e o cerceamento dos moradores de favelas voltariam a operar após a retomada das atividades ilícitas da milícia, e principalmente do tráfico de drogas local. A crise fiscal do Estado é coprodutor e propagador dessa angústia generalizada que afeta, não só os moradores do Batan, mas os moradores de favela em geral que não sabem o que esperar do futuro de suas localidades e de suas vidas.

Reordenamento do mundo do crime carioca: a crise na facção Amigo dos Amigos (ADA).

A facção Amigo-dos-Amigos (ADA) passou por uma grande crise no ano de 2017 com desavenças internas, traições e guerras, gerando um enfraquecimento desta legenda criminosa. Dois eventos foram cruciais para que houvesse essa crise: a expulsão do chefe do complexo da Pedreira, conhecido como “Coroa” (ou “Samuca”), da facção ADA; e a guerra na Rocinha entre o dono, “Nem” (ou “Mestre”) e seu “frente”¹¹. Tais eventos reordenaram a economia política e as relações de amizade entre as facções criminosas na cidade. Todos os dados aqui contidos para reconstruir essas histórias foram obtidos a partir do Blog Crime News e das análises de discursos das matérias e dos comentários nos anos de 2017 e 2018, além da reportagem do The Intercept_Brasil¹².

¹¹ O termo “frente” é uma categoria nativa que significa o mais alto cargo da hierarquia de uma facção no Rio de Janeiro. O “frente” é aquele que administra, controla o território e toma as decisões pontuais na ausência do dono – proprietário legítimo da favela.

¹² <https://projects.theintercept.com/brasil/o-fim-de-uma-facciao/>

Após a prisão do “Nem” da Rocinha, quem passou a administrar a maior favela da zona sul foi seu braço direito e primeiro na hierarquia do tráfico local, “Rogério 157”. Sua gestão foi marcada por muitas reclamações dos moradores, que identificavam a cobrança de altas taxas para o comércio, gás, vans, moto táxi, entre outras, como práticas análogas à gerência da milícia. Tais tributos eram muito lucrativos para “Rogério 157” e sua quadrilha, mesmo que desagradassem os moradores e partes dos traficantes ligados ao “Nem”.

Internamente, “Rogério 157” não era unanimidade, haviam alguns bandidos que não concordavam com as ações que ele praticava na favela, mesmo todos reconhecendo a importância dele para o pacto de não agressão entre ADA e Terceiro Comando Puro (TCP) e os acordos comerciais com o Primeiro Comando da Capital (PCC), que havia rompido a união com o Comando Vermelho (CV) e passado a fornecer armas e drogas para as facções, ADA e TCP. Porém, essa forma de administrar a Rocinha estava desagradando a todos, inclusive o dono, que então, começou a pensar em substituir seu “frente”.

O traficante conhecido como “Perninha”, segundo na hierarquia do tráfico, aproveitou a oportunidade e o descontentamento generalizado para tentar convencer outros soldados e lideranças da facção que seria melhor que “Rogério 157” entregasse o cargo, pois ele estava desagradando o chefe. Não demorou muito para que chegasse uma carta do presídio autorizando que “Perninha” ocupasse o lugar de “frente” na administração da favela. Contudo, essa carta chegou primeiro às mãos de “Rogério 157” que não aceitou a ordem e começou a executar os bandidos ligados ao “Nem” e qualquer um que ele achasse que estava contrário à sua gerência.

“Rogério 157” mandou executar os três bandidos do mais alto grau na hierarquia da Rocinha ligados ao “Nem”, incluindo o próprio “Perninha”. Essas mortes foram a gota d’água para a facção ADA. As favelas que tinham enviado bandidos para a Rocinha (Vila Vintém, São Carlos e Pedreira) retiraram seus contingentes até que as coisas fossem resolvidas internamente. O último ato que decretou oficialmente a guerra foi a morte de homens ligados à esposa de “Nem” e a sua expulsão da favela.

Após tal fato, homens fortemente armados, vindo de outras favelas, falaram que “Rogério 157” teria alguns dias para entregar o cargo ou enfrentaria o “bonde do Nem”. Ele não acatou a ordem das lideranças e a guerra começou com tiroteios diários na favela.

Nesse embrolho, o rebelado da Rocinha, inicialmente, buscou apoio junto ao TCP, que prontamente se negou, pois não queriam desfazer a amizade ADA-TCP, conhecida como TCA. Então, o CV ofereceu recursos e apoio, estando ele isolado e sem facção, aceitou rapidamente. Esse foi, e ainda está sendo, o cenário em uma das maiores favelas da América Latina.

Após a desassociação entre CV e PCC, este último passou a fornecer apoio para às duas outras facções do Rio, com o objetivo de rivalizar com o Comando Vermelho. Por intermédio do PCC as facções ADA e TCP perceberam que era melhor dar uma trégua nos confrontos entre elas e decidiram formar um *pacto de não agressão* em que uma favela não invadiria a outra e não haveria roubos nas áreas de interesse das duas; em alguns casos as favelas rivais poderiam ir uma no baile funk da outra, algo que era terminantemente proibido no passado. O objetivo inicial era criar uma nova facção o Terceiro Comando dos Amigos (TCA), porém, esse sonho não pode ser institucionalizado por causa de alguns dos líderes do ADA que não viam com bons olhos essa união. Como o caso do “Celsinho da Vila Vintém” que não queria seu nome envolvido na criação de uma nova facção, pois isso aumentaria sua pena que já está no final. A presente trégua geraria uma lucratividade muito maior e não teria o ônus da guerra. Em algumas favelas específicas essa união formou a legenda TCA, em outras, a união foi apenas estratégica e comercial. Vale destacar que essa unidade já nasceu com os dias contados devido à facção ADA se encontrar em uma interna crise de comando e autoridade.

Não é de hoje que ocorrem divergências e cisões no interior das facções criminosas no Rio de Janeiro. Todas as facções em momentos distintos já passaram por desavenças em suas lideranças e territorialidades. A vigente crise do ADA ocorreu na cadeia, quando um grande quadro da facção foi expulso por uma liderança igualmente grande e prestigiada.

O desentendimento começou quando bandidos ligados ao traficante “Coroa” – um dos líderes do ADA que controla de dentro do presídio o complexo da Pedreira –, foram até a comunidade vizinha, conhecida como Quitanda avisando que agora a presente favela seria administrada integralmente pelo “Coroa”. Mesmo o “frente” da Quitanda, conhecido como “Puma”, sendo um dos braços direitos do “Coroa” não o impediu de ter sua hierarquia despossada. A alegação defendida foi que haviam excessos de roubos na região de Costa Barros e Pavuna e que esses roubos não eram feitos em consentimento com as

favelas aliadas nesses bairros. Esses eventos estariam trazendo muitas operações policiais ao complexo da Pedreira e dificultando a liberdade do “Coroa”.

Inconformados, os bandidos ligados ao “bonde do Puma” saíram da Quitanda e esperaram a decisão nos presídios. Dias depois, houve uma reunião entre as lideranças das facções onde os ânimos se exaltaram. “Celsinho da Vila Vintém”, principal liderança da facção no Estado, acusou o “Coroa” de ter agido de forma precipitada e errada; “Puma” tinha grande amizade com “Celsinho”. O líder já havia questionado a gestão do comparsa e as favelas que ele administrava, pois em sua gestão o ADA havia perdido muitas favelas importantes para facções rivais; em contrapartida, “Coroa” lembrou o episódio da invasão do presídio em 2002 insinuando que “Celsinho” era um traidor e o clima entre as lideranças ficou ainda mais pesado.

As práticas de invasões de outros territórios, a chamada “guerra”, favorece a extensão política produzindo “territórios descontínuos” que pertencem a um mesmo dono (Grillo, 2013). Ou seja, as lideranças de outras favelas quando conseguem sair vitoriosos da guerra passam a ser líderes também desses novos territórios conquistados. Esse procedimento é fundamental para pleitear uma posição de decisão interna dentro da estrutura da facção, quem conquista mais territórios tem mais condições de interferir nos rumos e nas decisões da facção (Ibid). O desentendimento entre “Celsinho” e “Coroa”, levando à expulsão do segundo, se deu justamente pelo fato do primeiro ser um chefe que possuiu uma grande quantidade de favelas ao seu domínio, principalmente na Zona Oeste; e o “Coroa” ter perdido muitas guerras e enfraquecido a facção. “As guerras colocam em movimento os mecanismos de coesão faccional e reconfiguram as relações de poder existentes, podendo levar alguns donos de morro a despontarem como lideranças políticas com maior influência sobre as decisões internas à facção” (Ibid, p. 59).

A cúpula do ADA resolveu, após a reunião, devolver a Quitanda para o “Puma” ou então eles iriam expulsar todos os bandidos ligados ao “Coroa” do complexo da Pedreira. Além disso, eles também decidiram por expulsá-lo da facção. O agora antigo aliado se viu sem uma legenda para protegê-lo e então prontamente negociou sua entrada no Terceiro Comando Puro (TCP), que nesse quadro estava em “paz” com o ADA. Essa mudança fez com que outros bandidos abandonassem o ADA e entrassem para o TCP devido ao grande carisma e influência desse experiente bandido. Dessa forma, o ADA seria esvaziado e o TCP ganharia um grande reforço.

“Celsinho” foi um dos que não concordaram com essa mudança de facção e ordenou que suas favelas continuariam sendo ADA. Ele foi seguido por chefes do morro do 18 e São Carlos. As outras favelas do Estado que eram controladas pelo ADA se filiaram ao TCP, incluindo “Nem” da Rocinha aliado histórico de “Celsinho”. Apesar do desconforto da mudança de facções – “pula pula” em categoria nativa –, ADA e TCP continuaram com boas relações permanecendo o pacto de não agressão e de respeito mútuo, mesmo sabendo que seria por pouco tempo. No final de 2017 a suposta paz – que já estava fadada ao fracasso – começou a ruir de vez com os conflitos entre as Favelas do Batan e Batanzinho.

Após as dissidências do ADA integrarem o TCP muitas favelas mudaram de facção, incluindo o Batan e suas favelas satélites. O bandido conhecido como “Jamaica” – que tem forte ligação com a favela do amarelinho (TCP) – decretou que o Batan deixaria o ADA. Porém, o “Celsinho” da Vila Vintém – dono da maioria das favelas em Realengo – não aceitou essa mudança. Ele decretou que o Batan seria ADA e que o “Jamaica”, se quisesse, ficaria apenas com o Batanzinho (anexo do Batan do outro lado da Av. Brasil como mostra a figura 4). Após fechar esse acordo, os bandidos do Batanzinho foram até o Batan e picharam os muros com dizeres “TCP – Tropa do Jamaica” insinuando que não sairiam do Batan. Essa atitude gerou um enorme mal-estar e conseqüentemente a volta dos confrontos com trocas de tiro. No final de 2017 o gerente do Batanzinho apareceu morto no Batan o que simbolizou o início de fato da guerra entre às duas favelas.

Depois desse episódio, ainda em 2017, houve uma tentativa de invasão do Batanzinho (TCP), ao Batan (ADA) que não foi bem-sucedida fazendo com que a favela permanecesse a mesma facção. Já em junho de 2018 um novo capítulo dessa guerra foi escrito com o golpe de Estado dado pelo então “frente” do Batan, conhecido como “Brasil”, que decretou que o Batan agora seria TCP e os traficantes que não quisessem acatar essa ordem estavam expulsos da comunidade. Estrategicamente os dissidentes foram para a Vila Vintém e prometeram voltar e retomar a favela. No mesmo dia, de madrugada, a Vintém voltou ao Batan, expulsou o “Brasil” – que se escondeu no Batanzinho – e garantiu o controle da favela ao ADA. Porém, essa guerra está longe de terminar, novas batalhas serão efetuadas e sensação de medo e incerteza toma conta dos moradores do Jardim Batan.

Grillo (2013) explica que as facções criminosas são “redes horizontais de proteção mútua” que conformam alianças entre os chefes locais do tráfico. Ou ainda,

(...) um espaço de negociação permanente, construído a partir das cadeias. Não é possível pensar em uma organização hierárquica rígida, com lideranças acima dos donos do morro. Trata-se de grupos que se apresentam como blocos territoriais, onde não existe uma oposição segmentar que possibilite a articulação de um sistema piramidal (Grillo, 2013 apud Barbosa, 2005).

Nesse sentido, o “dono do morro” tem uma função fundamental na organização da facção, pois é ele o articulador político dessas redes de proteção. A facção é muito mais uma relação piramidal do que coletiva, isso significa que os chefes locais são mais importantes para a estrutura hierárquica local do que a legenda (CV, ADA, TCP). Ela serve para criar distinção, incluir ou excluir (produzindo amizade e inimizade); é um dispositivo para estabelecer fronteiras (Grillo, 2013). Em função de sua estrutura horizontal as facções no Rio de Janeiro são altamente propícias a serem pouco coesas, havendo uma série de traições e desavenças. Como a hierarquia do tráfico é local a facção não tem autoridade política de arbitrar sobre o território, a facção somente autentica o direito de exploração do “dono do morro” (Ibid).

Os casos apresentados são bons para pensar o reordenamento político das facções, havendo indícios de mudanças em sua organização. Nos últimos tempos (pós-pacificação) tem se observado que o “mundo do crime” carioca tem tido mais dificuldade de manter as facções unidas. “Rogério 157” ao não respeitar a hierarquia do dono do morro, rompe com a facção, não por um caráter ideológico ou de pertencimento, mas por uma situação contextual já que ele precisava reconstituir sua rede de proteção para poder guerrear pelo controle de “sua favela”. Já “Celsinho” expulsa o “Coroa” da facção como forma de mostrar seu poder – baseado na capacidade guerreira e conquistas de território – sobre o poder do outro – de interferir em dinâmicas locais de favelas que não o pertence. Ambos os casos evidenciam o não cumprimento das regras tácitas de uma facção: respeitar hierarquia, seja interna, desobedecendo às ordens do dono; seja externa, interferindo na organização de outra favela. A crise da facção Amigo Dos Amigos tem reflexões para pesquisa, pois afeta diretamente o Batan com o retorno de medo e da incerteza; mas também afeta toda a economia política do tráfico de drogas reestruturando campos de proximidade e afastamento e dificultando ao máximo uma coesão interna, já que os antigos inimigos se tornaram aliados a desconfiança e o receio podem dificultar as relações de confiança.

Fim da UPP do Batan

No início de 2018 o então presidente (ilegítimo) do país, Michel Temer, decretou intervenção federal na segurança pública da cidade. A proposta tinha por objetivo “pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro¹³”. Foi nomeado para o cargo de interventor o general do exército Walter Souza Braga Netto, ato que questiona a soberania do Estado e o governo carioca. Tal exemplo de política vem se inserindo em uma lógica de militarização da vida cotidiana sendo desenvolvida não só em escala local (Rocha, 2018; Leite, 2018; e Fleury 2012), mas em escala internacional (Graham, 2012 e 2004; Sassen, 2010) – com suas múltiplas formas, intensidades e resistências.

Não é de hoje que a política de pacificação vem enfrentando sérios problemas institucionais, tendo sua função e objetivo questionado. A grave crise financeira na qual se encontra o Estado do Rio de Janeiro fez com que os investimentos que estavam sendo feito na área da segurança pública fossem cortados ou diminuídos, aliado ao histórico de arbitrariedades cometidas por policiais militares, como o caso Amarildo em 2013, e os esquemas de corrupção permanente, fizeram com que as UPPs fossem vistas com muita desconfiança abalando a credibilidade e a legitimação que outrora era motivo de orgulho (Menezes, 2014; Da Cunha, 2015; Rocha, 2016; Leite, 2018). A essa conjuntura, soma-se os altos índices de criminalidade quem vem sendo noticiado em todos os meios de comunicação, fazendo com que a intervenção se torne uma resposta política a esse “caos”.

No dia 20/03/2018 a favela do Batan foi surpreendida com o anúncio público de que sua UPP seria fechada por ordem do gabinete de intervenção e o seu contingente policial seria deslocado para o batalhão da região. Após a polícia militar do RJ realizar um suposto estudo, chegaram à conclusão que seria melhor que o contingente policial alocado no Batan reforçasse o batalhão de Bangu.

Existem várias UPPs que estão sendo avaliadas, em função do seu desempenho para a finalidade que se destinava e que podem contribuir para a recomposição desse efetivo da PM. Já existe um estudo anterior que está sendo avaliado. Algumas UPPs, certamente, irão recompor efetivos do batalhão. Provavelmente, Vila Kennedy entrará nesse pacote. Batan também vai entrar na recomposição de efetivos e até de adestramento do pessoal novamente. Uma série de ações que vão corroborar para o retorno dessa capacidade operacional (General Mouro Sinott, responsável pelas operações na secretaria de segurança do RJ)¹⁴.

¹³ Decreto n. 9.288, de 16 de fev. de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9288.htm Acesso: 15/06/2018

¹⁴ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/gabinete-de-intervencao-decide-fechar-2-upps-na-zona-oeste-do-rio.ghtml> Acesso: 19/09/2018

Após a confirmação desse anúncio, a sensação de insegurança e o retorno das disputas entre quadrilhas rivais, que já estavam ocorrendo quando ainda havia a UPP, se acentuaram. Os confrontos se intensificaram gerando tiroteios constantes e a percepção de retrocesso assola os moradores do Batan, que desde 2007 não convive com trocas de tiros. A favela que com a chegada da UPP conseguiu exercer suas rotinas sem grandes interrupções, hoje percebem certas atividades – como ir a faculdade, trabalho, hospital ou até mesmo circular internamente – só podem ser realizadas mediante um cálculo bem objetivo, pois os riscos do tiroteio acontecerem em qualquer momento volta a atormentar essas populações.

Pouco tempo depois os moradores do Batan foram novamente surpreendidos, agora com um tanque de guerra do exército parado na entrada da favela. Tratava-se de uma operação dos militares para patrulhar, fazer apreensões de drogas (e armas) e prender suspeitos¹⁵. A operação pegou todos de surpresa, como contou um morador, homem de mais de 30 anos. O rapaz relata que acordou com os militares em sua porta fazendo patrulhamento, ao se dar conta que havia um tanque de guerra próximo a sua residência ele se perguntou se “estava no Iraque”, fazendo alusão ao fato de uma operação urbana ser realizada com máquinas propícias para guerra.

Graham (2012) explica que as cidades contemporâneas são caracterizadas pelo novo urbanismo militar, que consiste em utilizar a racionalidade militar para manter a ordem interna; o inimigo não estaria mais do outro lado da fronteira, mas sim alocado em certos grupos urbanos. As técnicas (e tecnologias) militares estão colonizando de forma permanente a paisagem urbana. Essa lógica se assemelha muito a metáfora da guerra proposta por Márcia Leite (2012). Esse dispositivo discursivo constrói duas imagens polares, de um lado: os cidadãos, constituída por “pessoas de bem” e “trabalhadores”; e o outro lado: os inimigos, representados pela favela, que não distingue moradores de criminosos. A partir dessa configuração “busca-se justificar o uso de equipamentos de guerra em operações de combate ao crime comum e a repressão a manifestações políticas; normalizar a presença constante de soldados do exército nas ruas da cidade (...)” (Rocha, 2018, p.225). A utilização de tecnologias militares usadas em guerras de alta intensidade vem se tornando frequente no Rio de Janeiro para manter a ordem urbana, evidenciando

¹⁵ <https://oglobo.globo.com/rio/forcas-de-seguranca-iniciam-operacao-em-11-comunidades-nas-zonas-norte-oeste-do-rio-22642937> Acesso: 19/09/2018

a produção da guerra – espaço análogo ao “Iraque” – como tática principal para coibir a criminalidade.

Alguns moradores relataram que essa prática de patrulhamento com tecnologia de guerra como pouco efetiva uma vez que elas são pontuais e esporádicas. Logo após os militares deixarem a favela tudo voltaria a "funcionar normalmente": as vendas de drogas, as disputas entre facções, as arbitrariedades do tráfico/milícia. Logo, para esses moradores as operações dos militares não são efetivas no combate à criminalidade, e apesar de garantir alguma sensação de segurança, seu efeito é muito curto, durando apenas o período da operação, cerca de algumas horas.

Por outro lado, alguns moradores, principalmente com idades mais avançadas, percebem na intervenção militar uma possibilidade de melhoria da segurança que foi gravemente atingida com a crise e estagnação da UPP. Eles colocam que desde a época da UPP os policiais faziam “vista grossa com as coisas erradas”, ou seja, havia uma acusação por parte dos moradores que a UPP era conivente com a venda de drogas e não combatia essa atividade de forma enérgica. Nesse contexto, as operações do exército viriam garantir uma demanda por mais policiamento, sendo uma força de coerção contra o tráfico de drogas. Essas operações realizadas pela intervenção e vista por uma parte dos moradores como fundamentais, pois eles se sentem mais seguros, principalmente por saber os criminosos locais estão sendo enfrentados de forma objetiva.

A intervenção militar é, possivelmente, o símbolo do fim dos dispositivos da cidade empreendedora de anos atrás. Há 10 anos o Rio de Janeiro era a cidade da oportunidade, aquela que conseguiu “matar dois coelhos com uma cajadada”: reduzir significativamente os índices de violência e garantir a segurança dos turistas que viessem para os grandes eventos que a cidade sediou. Apesar de o início ter sido melhor que o esperado, a esperança durou pouco devido os últimos acontecimentos que abalaram a cidade. Com a crise fiscal do Estado, as reorganizações do tráfico e o aumento da violência fizeram o “Carioca Dream” ruir e agora a sensação de terra arrasada se estabelece com uma roupagem bem definida que desespera qualquer governo político por não ter uma forma rápida e fácil de ser administrado. A intervenção militar veio como a pá de cal que evidenciou que o maior pilar da cidade empreendedora, a segurança pública e o projeto de pacificação de favelas, havia sido destruído.

A incerteza como regime de governo

Anteriormente vimos como uma série de eventos: a “crise” do Estado, o reordenamento das facções criminosas e o fim de algumas UPPs criaram uma conjuntura de incerteza na cidade do Rio de Janeiro. No Batan, especificamente, essa conjuntura incerta configura-se como um regime de governo, um *regime de incerteza*. O atual momento do Batan tem como característica uma “situação de indeterminação” (Menezes, 2014; 2015) em função do retorno do tráfico, fim da UPP, a milícia como uma possibilidade e o aumento da insegurança. Esses eventos recentes fazem com que os moradores, que vivem cotidianamente essa conjuntura, tenham dificuldade de saber “quem é quem”, evidenciando um regime de “campo minado”. Porém, mais do que um regime que tem como característica a “vigilância” (Ibid), esse regime, no caso do Batan, é um tipo de governo que governa o indivíduo e sua coletividade a partir da ideia de incerteza.

A noção de governo para Foucault é profundamente ampla. Ele não entende esse conceito apenas como referência a “estruturas políticas e à gestão dos Estados” (Foucault, 1995, p. 244), pelo contrário, ele entende governo como “dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos”(p.244). Quem governa, não são apenas as formas instituídas e legítimas de dominação, mas sim os modos de ação mais ou menos calculados que se destinam a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos. Ou seja, “governar, nesse sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros”(p.244). Nesta formulação pode haver vários tipos de governos: “governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes”(p.244). Davies (2017) explica que existem governos dentro e fora do Estado, essa característica constitutiva da ordem social é muito importante para compreender melhor esse conceito que não se manifesta, apenas, na esfera institucional-burocrática, ou em lugares anárquicos que o Estado não conseguiu expandir seu poder.

No mesmo sentido, Das e Poole (2008) também se afastam da consolidada imagem do Estado como forma administrativa de organização política racionalizada que ao longo do tempo tende a se desarticular produzindo certos espaços de “margem”. Ao contrário, elas defendem que o Estado é produzido e experimentado a partir de suas práticas e ações concretas. O que significa que o ordenamento político estatal não é só dado pelas normativas, via lei; mas sobretudo, pelas práticas concretas nas quais o Estado se faz presente e produz certos lugares de margens. Portanto, a ideia de margem pode ser definida como:

(...) as margens que exploramos neste livro são simultaneamente onde a natureza pode ser imaginada como selvagem e descontrolada e onde o Estado está constantemente redefinindo seus modos de governar e de legislar. Estes lugares não são meramente territoriais: são também (e quiçá seja este seu aspecto mais importante) lugares de práticas em que a lei e outras práticas estatais são colonizadas mediante outras formas de regulação que emanam da necessidade de pressão popular, com o fim de assegurar a sobrevivência política e econômica (Das e Poole, 2008, p.24, tradução do autor).

São essas práticas estatais que ajudam a conformar e compor tipos de governos como os que se apresentam nas favelas cariocas. Ao acionar a gramática da crise e cortar as verbas das unidades de polícia pacificadora o Estado ajuda a produzir um ordenamento territorial de retorno do tráfico de drogas, como ocorrido no Batan. Os moradores com quem conversei explicaram que a partir de 2015 quando os cortes nas UPPs ficaram mais acentuados, foi quando o tráfico, que já existia de forma escondida e operava suas atividades ilícitas nas sombras, passou a articular-se objetivamente regulando o território. Nesse sentido, práticas estatais concretas, como as descritas acima, ajudam a conformar os tipos de governos que se apresentam nas favelas cariocas, não pela falta ou ausência de Estado, mas pela coprodução estatal a partir das suas práticas ad hoc.

Essas formas de governo não são uma característica específica e exótica das favelas cariocas. Ao contrário, essa conjuntura deriva de processos históricos macrossociais das novas formas de organização do capitalismo globalizado. Com a virada neoliberal dos anos 1990 encerra-se o otimismo e a expectativa da década anterior em que a redemocratização do país e a construção de uma constituição progressista possibilitaria a resolução dos problemas da desigualdade e da integração social a partir de uma gramática dos direitos e das reivindicações. Após a promessa da cidadania ampliada não se realizar na prática, a década neoliberal é representada como “terra arrasada” e tem como desdobramentos a aceitação da fragmentação territorial. Não fazia mais sentido falar em igualdade, cidadania, espaço público ou democracia, em vez disso era necessário encarar uma nova realidade governamental, na qual a lógica interna não era orientada por uma construção de uma ordem justa, mas com a gestão das consequências da nova desordem, como aponta (Telles, 2010 apud Miagusko et al, 2018).

O fruto da derivação dessa conjuntura é a atuação do Estado que se faz presente produzindo vários regimes de governos uma vez que a concepção universalista de cidadania passa a não ser mais levada em conta o que resta é a produção de múltiplas formas de governo com intensidades variadas, mas todos coproduzidos pelas práticas estatais. Em outras palavras:

Quando a promessa da integração dos cidadãos em um projeto de cidadania ampliada se desmancha e as estratégias governamentais do Estado passam a se basear em uma “variação situacional de um repertório de regimes de governo” que produzem “recortes populacionais tão mais precisos quanto possível” (FELTRAN, 2014, p. 497), o campo para a criação de novas formas de governo se abre e outras agências passam a assumir as tarefas de condução das condutas dos habitantes das periferias, como o “mundo do crime” e as igrejas evangélicas. Assim, o dismantelamento do universalismo levou à criação de uma espécie de multiplicação governamental nas periferias cuja gestão passa a ser partilhada por distintos regimes normativos (Miagusko et al, 2018, p. 250).

É nesse enquadramento que a ideia de regimes territoriais, desenvolvida por Márcia Leite (2012, 2014 e 2015) é útil como proposta analítica dessas relações de poder. Tal perspectiva dá conta de que nos últimos anos a combinação entre Estado e mercado para desenvolver favelas específicas da cidade por meio do projeto de pacificação, gerou formas incrivelmente distintas de regulação da população favelada (Leite, 2014 e 2015). Davies (2017) acrescenta que “o uso dessa categoria privilegia as práticas de poder e regulação da vida *in situ* e evita definições antecipadas e normatizadoras sobre estado, sociedade, mercado e democracia” (p.50). Telles e Cabanes (2006) explicam como o capitalismo neoliberal atual opera a partir da modernização seletiva na qual se fragmenta o território nacional produzindo “ilhas” de dinamismo econômico e regiões descartadas ou excluídas dos circuitos globalizados.

Os regimes territoriais em favelas são a materialização dessa desigualdade territorial experimentada nos últimos anos. A partir dessa lógica, com a estagnação das UPPs uma nova configuração operativa se instaura nas favelas e periferias, o regime de incerteza. Esse regime de governo é pautado pela conjuntura incerta na qual vive os moradores de favelas na cidade do Rio de Janeiro. No caso do Jardim Batan os moradores relatam a desconfiança que eles projetam para o futuro. Apesar da UPP nem de longe representar os anseios e as expectativas dos moradores, ela garantiu direitos básicos como o de ir e vir sem constrangimento ou coerção; garantiu o exercício da rotina dos moradores sem a preocupação (em teoria) com trocas de tiros; além de estabelecer o orgulho de morar em uma favela que não tem tráfico ostensivo controlando o território.

No ano de 2018 tudo começou a mudar, a volta do tráfico, crise na facção ADA, o rumor da milícia, trocas de tiros a qualquer momento, fim da UPP, intervenção militar. Todo esse quadro forma o organograma da incerteza. Atualmente o tráfico voltou a controlar e dar ordens na comunidade. Uns exemplos desse ordenamento é a proibição da circulação dos moradores do Batanzinho pelo tráfico de drogas do Batan; os carros também estão proibidos de andar com os vidros fechados, só podem andar com eles

abertos e em baixa velocidade para facilitar a identificação e descartar a possibilidade de uma invasão. Além dos domínios do tráfico o medo de uma guerra entre tráfico X milícia é nítido entre os moradores. Grande parte deles acham que a milícia, que antigamente administrava o Batan, poderia voltar a controlá-lo como ocorreu em 2007. Os moradores relatam que após a prisão do “01” chefe da milícia em 2008 os milicianos se desarticularam, mas nunca deixaram de estar na favela, até porque muitos deles moram no território e com a UPP eles podiam habitar a favela sem serem constrangidos ou coagidos pelo tráfico. Com a retomada do tráfico e a sensação de insegurança que esse tipo de ordenamento traz, a milícia poderia voltar a se articular para “salvar o território” do controle imoral dos criminosos. Porém, todas essas variáveis ficam no campo do possível, o que alimenta mais ainda a sensação de incerteza.

Considerações finais

O presente trabalho é uma prospecção inicial com o objetivo de refletir sobre como a ordem temporal pós-megaevento produziu uma série de eventos: “crise” do Estado, retorno da criminalidade, volta dos tiroteios, fim de algumas UPPs, intervenção militar, entre outras, produziu um contexto de incerteza nas favelas da cidade do Rio de Janeiro. Esse contexto se insere em uma lógica de regimes territoriais que em cada localidade se configurou de formas distintas, com ordenamentos distintos. No caso específico do Batan, esse contexto configurou-se como um regime de governo em que os moradores são governados pela incerteza. A realidade social nessa favela é complexa de compreender e mais complexo ainda de se morar. Disputas e crise na facção que controla o território, boatos de invasão da milícia, fechamento objetivo da UPP, intervenção militar, são algumas das situações vividas e experimentadas pelos moradores do Batan.

As análises apresentadas aqui são ainda parciais e precisam de mais reflexão, mas são indícios da dificuldade que os moradores dessa favela estão em saber que tipo de ordenamento estão vivendo. A cada campo realizado, a cada conversa e a cada experimentação do ambiente, os moradores se sentem mais inseguros em relação ao futuro por não conseguirem projetar minimamente seus próximos passos, pois tudo dependente da conjuntura “se resolver” para que possam com algum grau de previsibilidade prospectar seus futuros e suas expectativas.

Bibliografia

BURGOS, M. B.; PEREIRA, L.F.A.; CAVALCANTI, M.; BRUM, M.; AMOROSO, M. **O Efeito UPP na Percepção dos Moradores das Favelas.** Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, n° 11, ago/dez, 2011, pp. 49-89.

CANO, Inácio; Duarte, THAIS. **“No Sapatinho”: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008/2011).** Introdução, Capítulo 7 e conclusão (p.13-20; 53-81; 127-237). Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2012.

CASTELLS, M; BORJA, J. **As cidades como atores políticos.** Tradução do espanhol: Omar Ribeiro Thoma. NOVOS ESTUDOS N.º 45. p. 152-166, 1996.

CARVALHO, M, B. **A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura.** O Social em Questão - Ano XVI - n° 29 – 2013. pg 285 – 308.

DA CUNHA, Christina Vital. **O medo do retorno do medo: um ponto de inflexão no programa das UPPs.** DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 8, n. 1, p. 41-62, 2015.

DA MOTTA, B. W. Jonathan. **“Luz e Sombra”: Projeto de Cidade e Regimes Territoriais em Favelas da Zona Oeste do Rio de Janeiro.** 2017. 70f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

_____. Os dilemas da cidade empreendedora: Estado, mercado e regimes territoriais em favelas da zona oeste do Rio de Janeiro. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 29, n. 2, p. 307-329, 2018.

DAMO, Arlei Sander; OLIVEN, Ruben George. **O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016: sua cara, seus sócios e seus negócios.** Horizonte antropológico, Porto Alegre , v. 19, n. 40, p. 19-63, Dec. 2013.

DAS, V e POOLE, D. **El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas.** Cuadernos de Antropología Social N° 27, pp. 19–52, 2008.

DAVIES, Frank A. **Deodoro: formas de governo para uma “região olímpica”**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

DIAS, Ariley. **Para ver o futuro: utopia, risco e paz no Jardim Batan**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, IFCS/UFRJ, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Sujeito e poder**. DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

GAFFNEY, Cristopher. **Segurança pública e grandes eventos no Rio de Janeiro**. In: CASTRO, Demian et all (Org). Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 145-170.

GRAHAM, Stephen. **El nuevo urbanismo militar**. Antropología. Boletín Oficial del Instituto Nacional de Antropología e Historia, n. 94, p. 6-18, 2012.

GRILLO, Carolina Christoph. **Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

HARVEY, David. **Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio**. In: _____. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005. Capítulo VI. p.163-190.

LEITE, Márcia Pereira. **Da metáfora da guerra ao projeto de favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 6, p. 374, 2012.

_____. **Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro**. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 7 - no 4 - OUT/NOV/DEZ 2014 - pp. 625-642, 2014.

_____. **Novos Regimes Territoriais Em Favelas Cariocas (Papper)**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 27 à 31 de Julho de 2015.

MACHADO DA SILVA, Luiz. **Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública.** In. MACHADO DA SILVA (Org). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro: Nova Fronteira (2008): 35-45.

_____. **Afinal, qual é a das UPPs?.** Observatório das Metrôpoles, 2010.

MENDONÇA, Tássia. **Batan: tráfico, milícia e “pacificação” na Zona Oeste do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social MN/UFRJ, 2014.

MENEZES, Palloma Valle. **Os rumores da ‘pacificação’: a chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus.** Dilemas: revista de estudos de conflito e controle social, v. 7, n. 4, p. 665-684, 2014.

_____. **Entre o" fogo cruzado" e o" campo minado": uma etnografia do processo de" pacificação de favelas cariocas.** Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Sociologia IESP-UERJ, 2015.

MIAGUSKO, Edson; JARDIM, Fabiana A. A; CÔRTEZ, Mariana. **Governo, gestão de populações e subjetividades: balanço e perspectivas analíticas.** Revista Brasileira de Sociologia, v. 6, n. 12, p. 242-265, 2018.

MISOCZKY, Clarice. **ENTREPRENEURIALISM: EMPRESARIAMENTO OU EMPREENDEDORISMO URBANO - DUAS TRADUÇÕES, DOIS SIGNIFICADOS.** Anais, ST2 > Estado, planejamento e política. XVI ENANPUR, espaço, planejamento e insurgências. Belo Horizonte 2015.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios.** Mana, v. 20, n. 1, 2014, p. 125-161.

OST, Sabrina.; FLEURY, Sonia. **O Mercado Sobe o Morro. A Cidadania Desce? Efeitos Socioeconômicos da Pacificação no Santa Marta.** DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, nº3, 2013, pp. 635 a 671.

ROCHA, Lia de Mattos. **Uma favela “diferente das outras”? Rotina, silenciamento e ação coletiva na Favela do Pereirão, Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Quartet, 2013.

_____. **Democracia e militarização no Rio de Janeiro: “pacificação”, intervenção e seus efeitos no espaço público.** In: LEITE, M; ROCHA, L; FARIAS, J; CARVALHO, M. Militarização no Rio de Janeiro: da “pacificação” à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula, p. 223-239, 2018.

SASSEN, Saskia. **When the city itself becomes a technology of war.** Theory, Culture & Society, v. 27, n. 6, p. 33-50, 2010.

SOBRAL, Bruno. **Crise no Estado do Rio de Janeiro: diagnóstico e perspectivas.** Dossiê Economia Fluminense, Revista Econômica – Niterói, v.19, n.1, p. 7-34, junho 2017.

TELLES, Vera e CABANES, Robert (Org). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios.** São Paulo : Associação Editorial Humanitas, 2006.

VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano.** In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes (2000): 75-103.

_____. **Cidade de Exceção: Reflexões a Partir do Rio de Janeiro.** XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro. Maio de 2011.

